

Número 24

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Comunicado da Presidência

Carga horária de
trabalho: evolução e
principais
mudanças no Brasil

29 de julho de 2009

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Carga horária de trabalho: evolução e principais mudanças no Brasil

1. Apresentação

Este Comunicado da Presidência analisa o tempo de trabalho no Brasil recente. Destaca que, por força da Constituição Federal, o país reduziu, em 1988, a jornada máxima nacional de trabalho de 48 para 44 horas semanais.

Após duas décadas, o tema do tempo de trabalho voltou a ser discutido pela sociedade em termos da proposta de uma nova redução oficial. Em função disso, o presente Comunicado considera tanto a evolução como as principais mudanças ocorridas na carga média horária trabalhada desde 1988 pelos ocupados brasileiros. Três são as suas partes constitutivas, conforme descrito a seguir:

- a primeira seção trata brevemente da evolução nacional da jornada média semanal de trabalho do total dos ocupados entre 1988 e 2007;
- a segunda seção registra sinteticamente um conjunto das características principais das horas médias tradicionalmente trabalhadas no país; e
- a terceira seção refere-se à mudança na distribuição do tempo de trabalho dos ocupados no Brasil.

A última parte contém algumas considerações que buscam resumir este Comunicado da Presidência, que tem como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD), produzida pelo IBGE. Como norma, o presente comunicado antecipa análises e informações sistematizadas que correspondem, em grande medida, ao esforço de trabalho em curso de técnicos em pesquisa e planejamento do **Ipea**¹.

2 – Evolução da jornada de trabalho no Brasil

A Constituição Federal de 1988 definiu oficialmente como jornada máxima de trabalho o tempo de 44 horas semanais. Apesar da legislação que trata do limite do tempo de trabalho semanal referir-se aos ocupados formalmente contratados, o que representou em 2007 menos de 50% do total dos trabalhadores, observa-se que do final da década de 1980 para cá houve redução nas horas médias tradicionalmente trabalhadas pelo conjunto dos ocupados no Brasil.

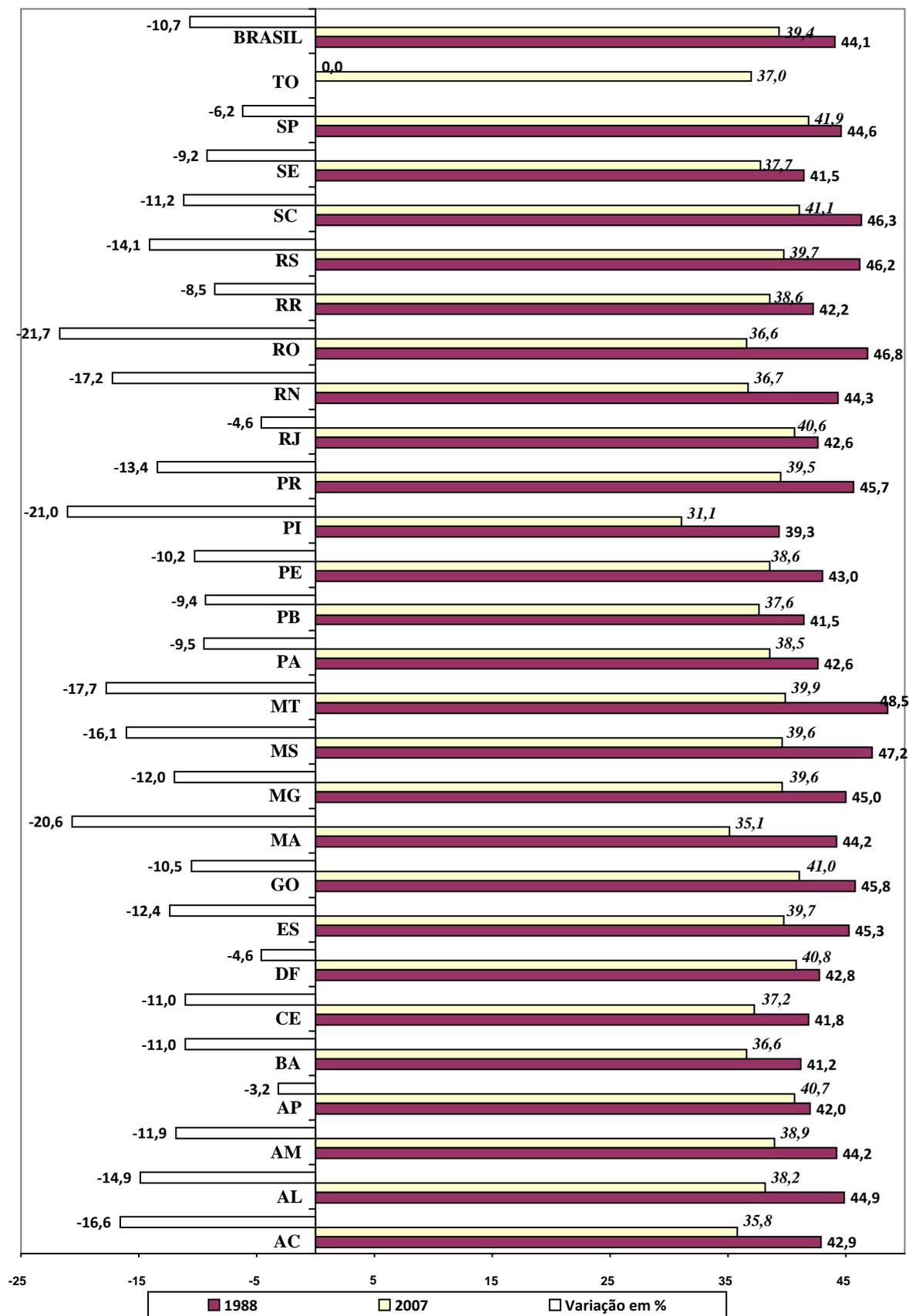
Pelo menos é o que se pode concluir das informações geradas anualmente pela PNAD do IBGE, seja para o Brasil, seja para as grandes regiões geográficas, seja para os estados da federação. O país como um todo registrou entre 1988 e 2007, a diminuição em 10,7% na carga horária média semanal trabalhada pelos ocupados.

Em resumo, a redução de 44,1 para 39,4 horas médias semanais de trabalho. No mesmo período de tempo, nota-se também que a maior diminuição nas horas médias tradicionalmente trabalhadas por semana ocorreu no estado de Rondônia (21,7%), seguida nos estados do Piauí (21,0%) e do Maranhão (20,6%).

Em contrapartida, o estado com menor redução nas horas semanais médias de trabalho foi o Amapá (3,2%). Na sequência, aparecem os estados do Rio de Janeiro (4,6%), Distrito Federal (4,6%) e São Paulo (6,2%).

¹ Este documento contou com a assistência e colaboração de: Ricardo L. C. Amorim, Milko Matijascic, Guilherme Dias, Maria Pereira Dias, James Richard da Silva, Daniel Castro e Douglas Portari.

Gráfico 01: Brasil – horas médias trabalhadas por semana entre 1988 e 2007

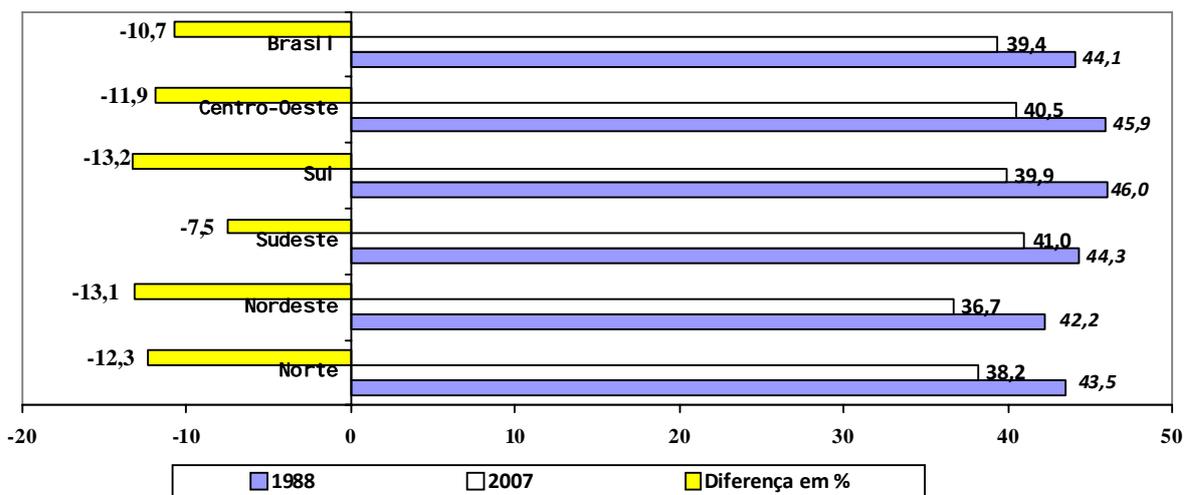


Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

No ano de 2007, o estado da federação com menor jornada média de trabalho semanal foi o Piauí (31,1 horas), seguido do Maranhão (35,1 horas), Acre (35,8 horas), Rondônia (36,6 horas) e Bahia (36,6 horas). Já o estado que registrou a maior quantidade média de horas semanais foi São Paulo (41,9 horas), acompanhado, na sequência, por Santa Catarina (41,1 horas), Goiás (41 horas) e Distrito Federal (40,8 horas).

Em 1988, o estado da federação com menor jornada média semanal de trabalho no país foi o Piauí (39,3 horas), seguido da Bahia (41,2 horas), Sergipe (41,5 horas) e Paraíba (41,5 horas). Por outro lado, o estado com maior tempo médio semanal de trabalho foi Mato Grosso (48,5 horas), seguido por Mato Grosso do Sul (47,2 horas) e Roraima (46,8 horas).

Gráfico 02: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho por regiões geográficas entre 1988 e 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

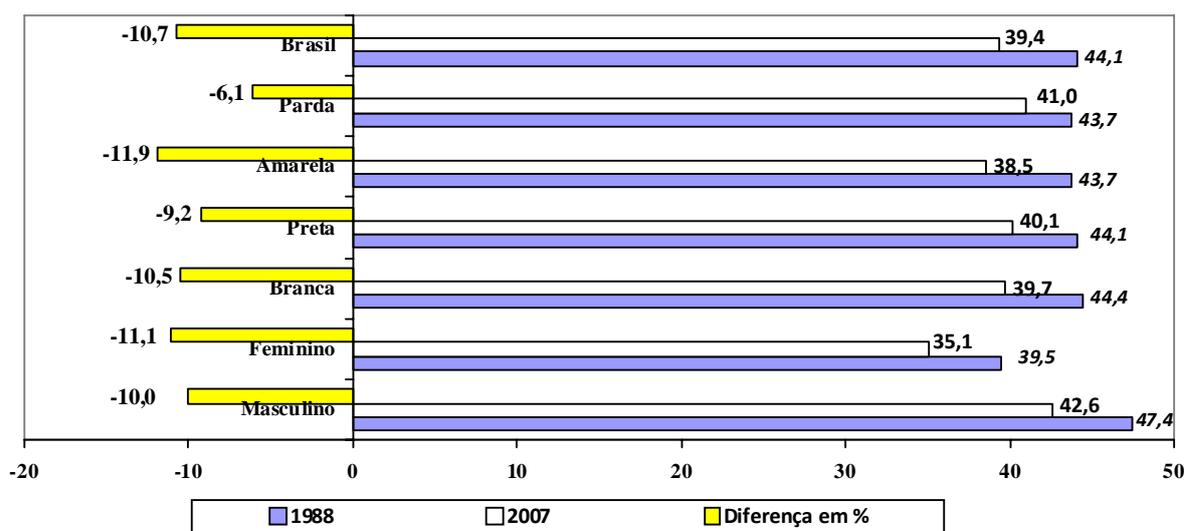
Em relação às cinco grandes regiões geográficas do país, verifica-se que a região Sudeste (-7,5%) foi a que menor redução no tempo médio semanal de trabalho dos ocupados apresentou entre 1988 e 2007. A região Sul (-13,2%), seguida do Nordeste (-13,1%), se destacou pela maior queda na carga horária média trabalhada pelos ocupados no mesmo período de tempo.

Por conta disso, a região Sul, que respondia em 1988 pela maior jornada média de trabalho do país (46 horas), perdeu aquela posição. Em 2007, a região Sudeste passou a registrar a maior jornada média tradicionalmente trabalhada pelos ocupados brasileiros (41 horas). Em contrapartida, a região Nordeste seguiu apresentando a menor jornada média de trabalho do país (de 42,2 horas em 1988 para 36,7 horas em 2007).

3 – Principais características da jornada média de trabalho

A partir de 1988, nota-se que a redução no horário médio tradicionalmente trabalhado no Brasil não se deu de forma homogênea entre os ocupados. No caso das mulheres, por exemplo, constata-se que a queda na carga horária média de trabalho (-11,1%) foi maior que a dos homens (-10%) entre os anos de 1988 e 2007.

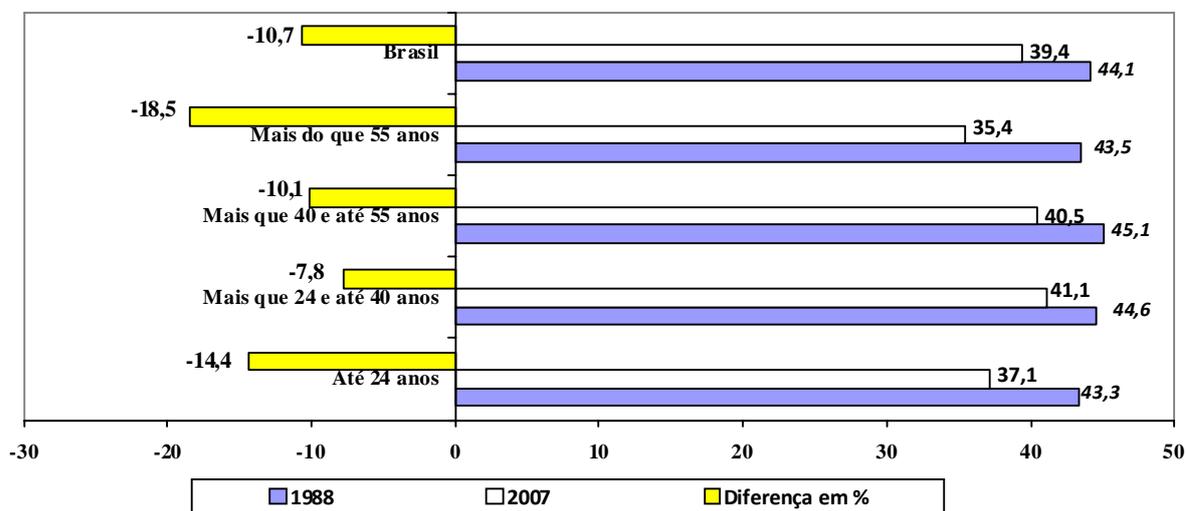
Gráfico 03: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho segundo sexo e raça/cor dos ocupados entre 1988 e 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

Atualmente, a jornada média de trabalho semanal das mulheres (35,1 horas) é 17,6% inferior a do homem (42,6 horas), enquanto em 1988 era 16,7% menor. Também os pardos foram os ocupados que em 2007 registraram a maior jornada média semanal de trabalho (41 horas), uma vez que apresentaram a menor queda desde 1988 (-6,1%), ao contrário dos trabalhadores de cor/raça amarela (-11,9%), que registraram a menor carga horária média semanal de trabalho.

Gráfico 04: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho segundo faixa etária dos ocupados entre 1988 e 2007

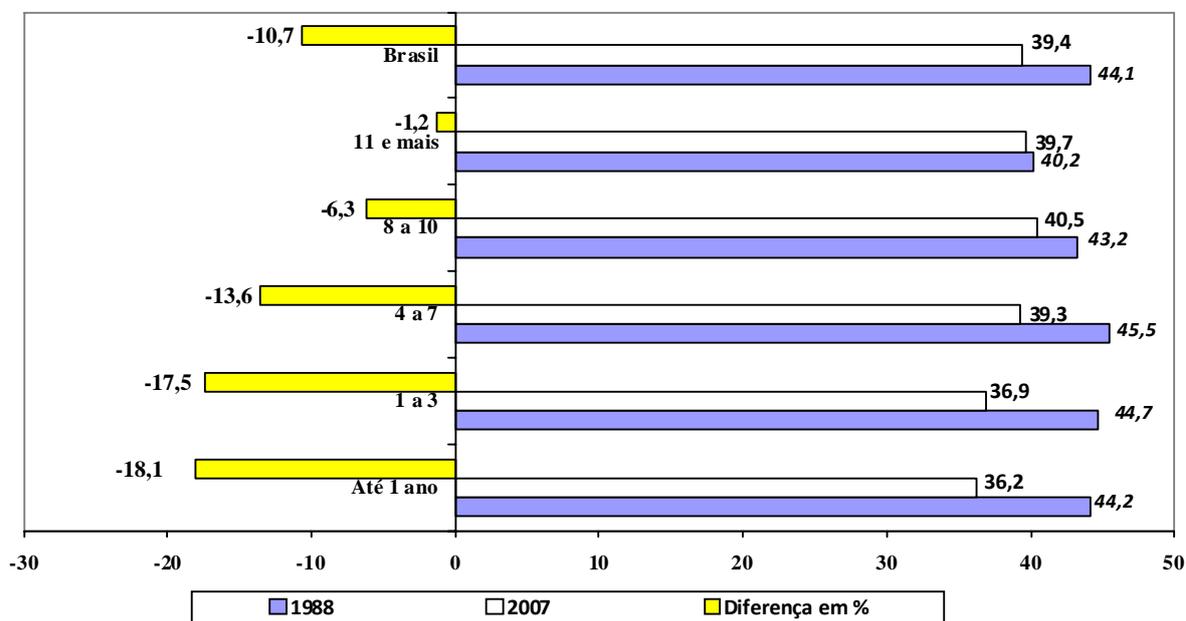


Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

Por faixa etária, percebe-se que entre 1988 e 2007, os trabalhadores com mais de 55 anos de idade apresentaram maior redução no tempo médio de trabalho durante a semana (18,5%), enquanto o segmento entre 24 anos e 40 anos de idade teve a menor queda (-7,8%). Por isso, os trabalhadores de 24 a 40 anos lideraram, em 2007, a maior

jornada média de trabalho por semana no Brasil (41,1 horas), tendo os ocupados com mais idade (acima de 55 anos) a menor jornada média de trabalho por semana (35,4 horas).

Gráfico 05: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho segundo anos de escolaridade dos ocupados entre 1988 e 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

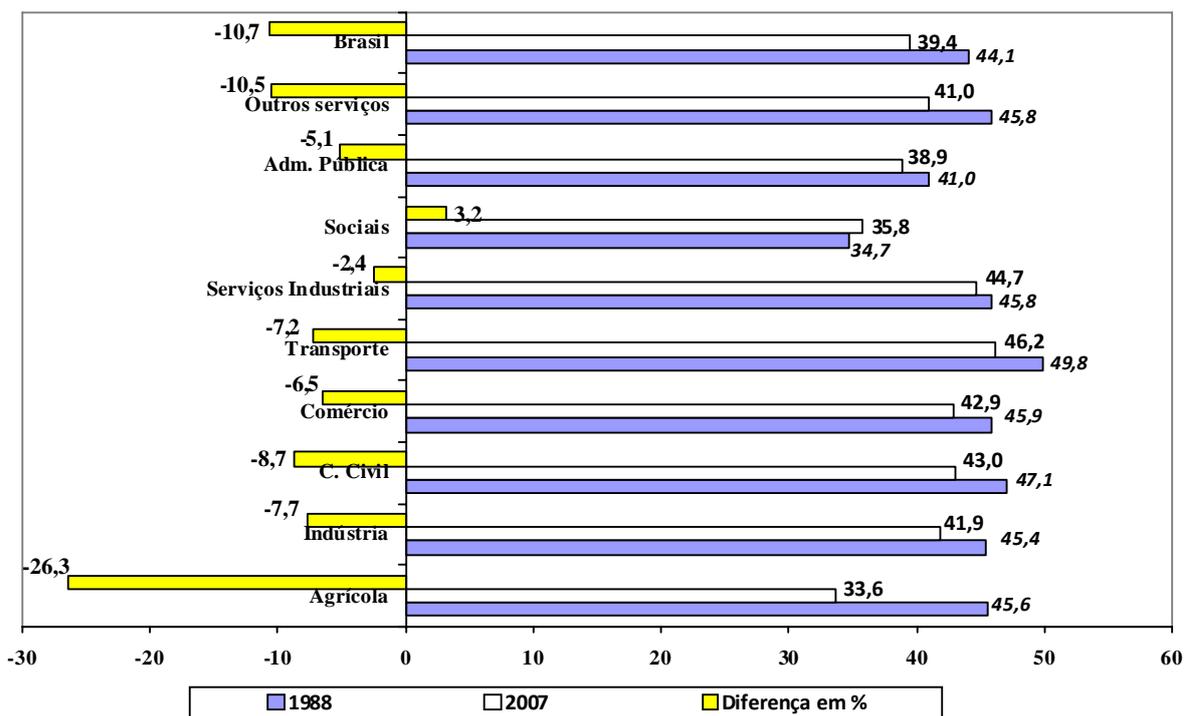
Em relação aos anos de estudos dos ocupados no Brasil, também se percebe a desigualdade no movimento geral de redução do tempo de trabalho promovida desde a Constituição Federal desde 1988. De lá para cá, o trabalhador com menor escolaridade terminou sendo o mais beneficiado, com queda de 18,1% nas horas médias tradicionalmente trabalhadas por semana.

Em 2007, a menor jornada de trabalho estava entre os trabalhadores com até um ano de estudo (36,2 horas), enquanto a maior jornada média de trabalho era exercida pelos ocupados de 8 a 10 anos de escolaridade (ensino médio). Quanto maior a escolaridade no Brasil, menor foi a redução no tempo de trabalho entre 1988 e 2007, como no caso dos ocupados com 11 anos e mais de estudos (-1,2%).

Para a jornada média de trabalho segundo diferentes setores de atividades econômicas, observam-se comportamentos muito distintos. Nas atividades sociais (educação, saúde, entre outras), por exemplo, houve, entre 1988 e 2007, aumento nas horas médias semanais tradicionalmente trabalhadas no Brasil (3,2%).

No setor agrícola, contudo, a diminuição no tempo de trabalho foi a maior registrada no mesmo período de tempo (26,3%). Com isso, este setor registrou, em 2007, a menor jornada média tradicionalmente trabalhada por semana no país (33,6 horas).

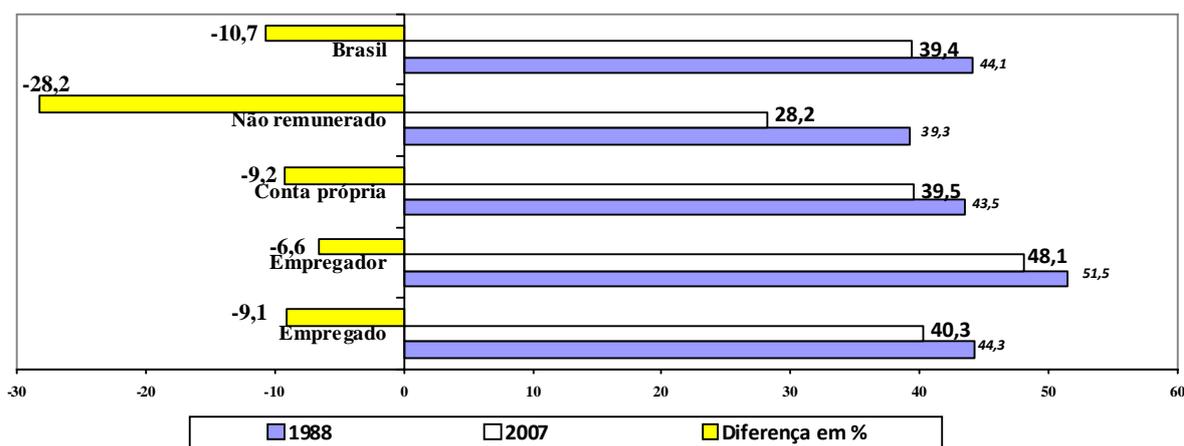
Gráfico 06: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho segundo setor de atividade econômica dos ocupados entre 1988 e 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

A maior carga horária média de trabalho em 2007 foi no setor de transporte (46,2 horas). Os serviços industriais (44,7 horas) vinham na sequência.

Gráfico 07: Brasil– evolução da jornada média semanal de trabalho segundo tipo de ocupação entre 1988 e 2007



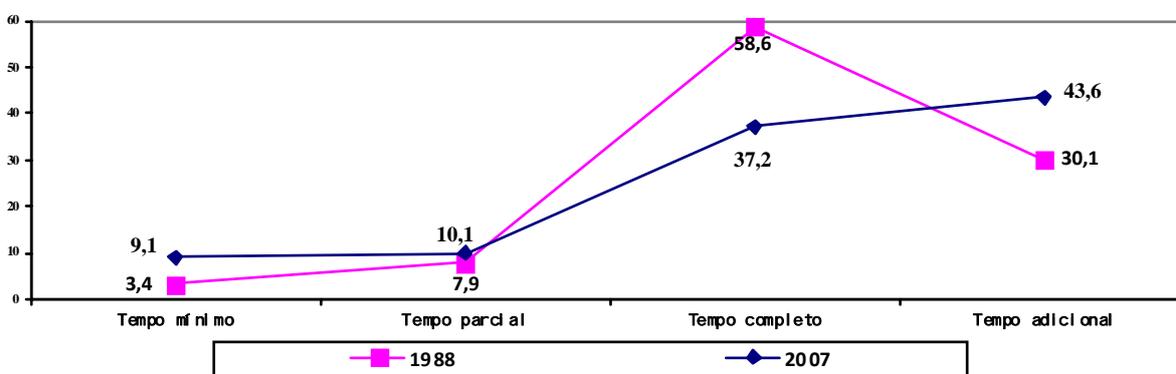
Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

Nos diferentes tipos de ocupações, verifica-se que entre 1988 e 2007, os não remunerados foram aqueles que apresentaram a maior redução no tempo médio semanalmente trabalhado (28,2%). Os empregadores também registram queda na jornada de trabalho (6,8%), porém, a menor observada entre o conjunto dos ocupados do Brasil.

4 – Distribuição do tempo de trabalho

A carga horária média semanal de trabalho constitui uma informação importante a respeito das condições gerais do padrão de uso e remuneração dos ocupados brasileiros. Mas a informação média do tempo laboral de todos os ocupados pode obscurecer sensivelmente a real composição dos diferentes horários semanais de trabalho, sobretudo na presença de condições tão heterogêneas de ocupação. Justamente por isso torna-se interessante considerar também a distribuição do tempo de trabalho exercido pelas distintas ocupações. Ao se comparar a distribuição das horas médias semanais tradicionalmente trabalhadas no Brasil, observa-se a expansão dos extremos da alocação do tempo de trabalho.

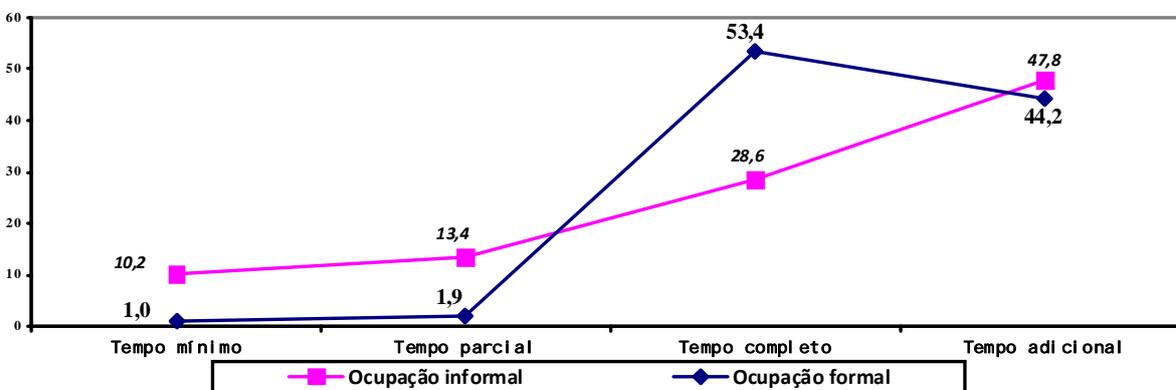
Gráfico 08: Brasil– evolução da distribuição dos ocupados segundo horas médias semanais de trabalho entre 1988 e 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA) Tempo mínimo = até 19 horas; Tempo parcial = de 20 a 29 horas; Tempo completo = 40 a 44 horas (48 em 1988) e Tempo adicional = mais de 44 horas (48 em 1988)

Entre 1988 e 2007 houve aumento da mão-de-obra nas ocupações tanto com jornadas significativamente reduzidas de trabalho como nas extremamente elevadas. Com o tempo mínimo de trabalho (até 19 horas), por exemplo, o Brasil registrou o crescimento de 166% na presença de trabalhadores desde 1988, enquanto com tempo adicional de trabalho (acima da jornada máxima) o aumento foi de quase 45%.

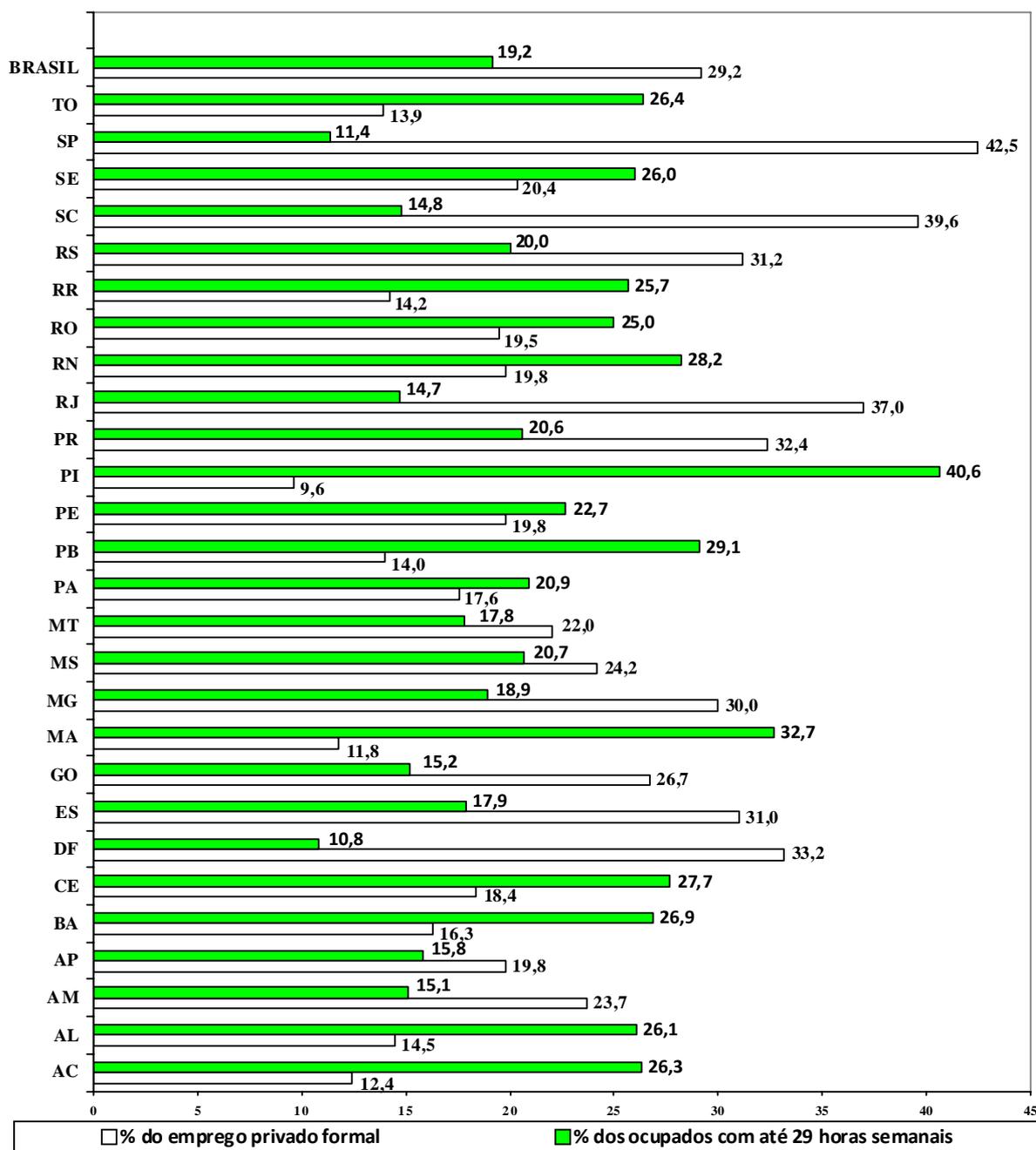
Gráfico 09: Brasil– distribuição dos ocupados formais e informais segundo horas médias semanais de trabalho em 2007



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA) Tempo mínimo = até 19 horas; Tempo parcial = de 20 a 29 horas; Tempo completo = 40 a 44 horas e Tempo adicional = mais de 44 horas

Em síntese, há crescente parcela dos ocupados com jornada de trabalho baixa e com jornada máxima de trabalho, ao mesmo tempo em que esvazia a presença de trabalhadores com o tempo completo. Possivelmente, o quadro geral de baixo dinamismo econômico acompanhado da elevação do desemprego e de queda na remuneração do trabalho terminou impondo a muitos ocupados a ampliação do horário de trabalho, bem como o exercício de qualquer horário, por menor que seja, como estratégia de sobrevivência mínima.

Gráfico 10: Brasil- Relação do emprego privado formal no total da ocupação total em 2007 (em %)



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração IPEA)

A presença de ocupados com tempo mínimo (10,2%), ou tempo parcial (13,4%) de trabalho, concentra-se fundamentalmente nos postos de trabalho informais, pois nos contratos formais mostra ser residual em 2007. Já em relação à alocação dos ocupados com jornada máxima de trabalho não se observa grande distinção entre formais e informais, pois em ambas a presença de trabalhadores é extremamente elevada (quase 50% dos ocupados).

Por conta disso, quando se considera a relação do emprego formal no total das ocupações observa-se a distorção que pode haver em relação à medida média dos horários semanais de trabalho. Isso porque os postos de trabalho com tempo mínimo e parcial concentram-se nas ocupações informais, como espécie de estratégias de sobrevivência.

Por isso, na comparação da jornada média de trabalho semanal por estados da federação, por exemplo, aqueles com menor presença de ocupação formal são os de menor carga horária de trabalho. Os estados do Piauí (9,6%) e do Maranhão (11,8%), por exemplo, possuíam, em 2007, as menores presenças relativas de ocupados privados formais, o que se refletia, na maior parcela de trabalhadores com postos de trabalho com até 29 horas semanais (tempo mínimo e parcial).

Em contrapartida, São Paulo (42,5%) e Santa Catarina (39,6%) foram, em 2007, os estados com maior presença relativa de ocupações privadas formais. Nesse mesmo sentido, apresentaram também as menores parcelas de ocupados com tempo de trabalho mínimo e parcial, salvo a situação do Distrito Federal.

5 – Considerações finais

A carga horária média de trabalho registra tendência de queda desde a aprovação pela Constituição Federal, em 1988, da jornada máxima de 44 horas semanais. Por ter sido um ato legislativo generalizado para o país como um todo, o horário médio de trabalho foi acompanhado para praticamente todas as ocupações, indiferentemente de ser formal ou informal, rural ou urbana, pertencente à região rica ou pobre, empresa moderna ou atrasada, etc.

Mas essa mesma queda no tempo médio de trabalho não ocorreu de forma homogênea para todos os ocupados. Na região Sul ela foi maior, assim como para as mulheres, para os com mais idade, com menos escolaridade, nas atividades agrícolas e para os não remunerados.

A evolução decrescente da carga horária de trabalho de 1988 a 2007 pode esconder, contudo, realidades distintas entre os ocupados. Isso porque houve no período analisado mudanças significativas na distribuição dos ocupados por tempo de trabalho. Ou seja, aumento dos trabalhadores com jornada máxima de trabalho (horas extras) e dos ocupados com jornada mínima (abaixo de 20 horas), sobretudo.

O maior uso das horas extras, bem como a presença de ocupados com jornadas mínimas de trabalho, pode não estar refletindo a melhora geral das condições e relações de trabalho no Brasil. Mais estudos nesse sentido podem contribuir para o melhor conhecimento da carga horária de trabalho no país.